

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 334**

Período: 06/06/2009 a 12/06/2009

GEDES – Brasil

- 1- Aeronáutica e Marinha continuam as buscas no Atlântico por destroços do Airbus A 330
- 2- Deputado propõe desmanchar homenagens públicas a personagens da ditadura militar
- 3- Força Aérea intercepta avião boliviano que transportava drogas
- 4- Gastos militares do Brasil estão entre os maiores da América do Sul
- 5- Jornalista critica regularização de terras ocupadas ilegalmente na Amazônia
- 6- Homenagem aos heróis da Batalha do Riachuelo
- 7- Núcleo de combate ao terror é criado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência
- 8- Ministro da Defesa e Ordem dos Advogados do Brasil divergem em relação à revisão da Lei da Anistia

1- Aeronáutica e Marinha brasileiras continuam as buscas no Atlântico por destroços do Airbus A330

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, a Aeronáutica e a Marinha do Brasil continuam participando da operação de buscas de corpos e destroços resultantes do acidente com o voo 447 da Air France, disponibilizando 825 militares, 6 navios – sendo 2 fragatas, 2 corvetas e 1 navio-patrolha e 12 aviões – apenas 2 aviões são franceses. A França utilizará um submarino de propulsão nuclear – denominado Émeraude – tendo em vista que os submarinos brasileiros não têm capacidade de fazer varreduras em águas muito profundas. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o uso de submarinos da classe Rubis, a exemplo do Émeraude, será uma prova real da tecnologia de casco e sistemas eletrônicos dos submarinos franceses, o que será importante para o governo brasileiro, que adquiriu 4 submarinos convencionais franceses modelo Scorpène, também derivados da classe Rubis. Também se espera receber o conhecimento sensível para projetar e produzir o corpo encouraçado de um navio do mesmo tipo com propulsão nuclear. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/06/09*; *Jornal do Brasil – País – 07/06/09*; *O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/06/09*).

2- Deputado propõe desmanchar homenagens públicas a personagens da ditadura militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Milton Flávio, deputado estadual da Assembléia Legislativa de São Paulo, propôs a retirada de nomes de personagens do regime militar (1964-1985) em espaços públicos de todo o estado de São Paulo. Segundo o deputado, "O Estado reconheceu que houve tortura ao indenizar ex-presos e perseguidos políticos. Sendo assim, não faz sentido homenagear quem autorizou ou praticou tortura". O projeto prevê a proibição de que novas localidades sejam nomeadas desta forma e dá autonomia para o Governador do Estado fazer as mudanças dos atuais nomes.

O deputado Conte Lopes, principal opositor do projeto, avaliou que essa medida pode gerar desavenças perigosas, pois "é preciso analisar os dois lados. Não se pode atingir um militar que trabalhou para o regime só porque estava cumprindo o seu dever." A medida de Milton Flávio coincidiu com a intenção dos grupos de direitos humanos em modificar lugares que homenageiam militares da Ditadura. Ivan Seixas, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, defendeu que os nomes fossem substituídos por personagens que defenderam a volta ao regime democrático. Alguns lugares já tiveram seus nomes trocados nas cidades de São Carlos e Osasco, estado de São Paulo, através de leis municipais. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/06/09).

3- Força Aérea intercepta avião boliviano que transportava drogas

Conforme divulgação do jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 03/06/09, o avião-radar E99 da Força Aérea Brasileira (FAB) interceptou um monomotor que vinha da Bolívia carregado com 176 quilos de pasta-base de cocaína e pousou forçadamente em Rondônia. A FAB informou à Polícia Militar, que foi até o local, apreendeu a droga e levou presos os dois bolivianos a bordo. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/06/09).

4- Gastos militares do Brasil estão entre os maiores da América do Sul

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o relatório do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo aponta que na América do Sul as despesas cresceram 50% na última década na área de defesa. Atualmente, o Brasil possui o 12º maior orçamento militar do mundo e, em 2008, foram gastos US\$ 23 bilhões. De acordo com o Instituto, estas cifras colocam o país entre um dos líderes regionais, juntamente com a Colômbia, com gastos militares na América do Sul. (Folha de S. Paulo – Mundo – 09/06/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/06/09).

5- Jornalista critica regularização de terras ocupadas ilegalmente na Amazônia

Em coluna no *Jornal do Brasil*, o jornalista Mauro Santayana apontou que o projeto elaborado pelo Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que trata da regularização das terras amazônicas ocupadas ilegalmente, poderia beneficiar estrangeiros e latifundiários que vivem fora do país. A proposta inicial do projeto era de que se regularizassem apenas as posses cadastradas de até 400 hectares, que corresponderia a 81% dos ocupantes e a 7,8 milhões de hectares. No entanto, houve uma ampliação da área máxima permitida para cadastramento, que passou de 400 para 1500 hectares. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou no dia 10/06/09 que irá vetar as alterações ao projeto e que provavelmente irá proibir a legalização de terras ocupadas por estrangeiros. Santayana afirmou que seria melhor que vetassem o projeto em sua totalidade, uma vez que a integridade do território brasileiro encontra-se em questão. Disse tratar-se de um ponto de vista mais bélico do que fundiário e defendeu o reforço das Forças Armadas com homens e armamentos para usufruto da região. Em suas palavras "não se trata só de uma questão de preservar a Amazônia, mas, sim, de reconquistá-la,

reincorporá-la, em todas as suas dimensões, ao território e à alma nacional”. O jornalista lembrou o projeto de internacionalização da Hiléia, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e alegou que desde então o Brasil passa ao mundo a impressão de se sentir constrangido por possuir a Amazônia. Finalmente, afirmou que se houvesse pressão por parte da população o projeto não teria sido aprovado pelo Congresso Nacional. (Jornal do Brasil – Tema do Dia – 11/06/09).

6- Homenagem aos heróis da Batalha do Riachuelo

Como noticiado pelo *Jornal do Brasil*, Guarnições da Marinha, no dia 11/06/09, desfilariam por ruas da cidade do Rio de Janeiro para homenagear os heróis brasileiros da Batalha do Riachuelo, ocorrida em 11/06/1865. Além do desfile, a memória do almirante Francisco Manoel Barroso foi homenageada junto à estátua dos heróis dessa batalha. O jornal apontou a responsabilidade da tática do almirante Barroso na conquista da vitória da Guerra do Paraguai (1864-1865), da qual a Batalha do Riachuelo foi uma das principais. Ela foi travada no rio Paraná e a conquista deste rio definiu o conflito. O contingente militar paraguaio era o dobro do efetivo da Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai –, porém, com uma manobra inédita em seu navio, o almirante Barroso conseguiu inutilizar 3 navios paraguaios e conquistar, então, o controle do rio. (Jornal do Brasil – País – 11/06/09).

7- Núcleo de combate ao terror é criado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

Conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), o general Jorge Felix, criou o Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Dentre atividades do Núcleo estão ações de prevenção e neutralização a assuntos relacionados ao terror. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Núcleo será utilizado para estudos e proposições e não para ação em campo; ainda funcionará como um grupo de assessoramento da presidência sobre a temática do terrorismo e será composto por integrantes das Forças Armadas, do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa que já atuam no GSI. O general Jorge Felix negou a ligação da criação do Núcleo com a prisão, no estado de São Paulo, de um libanês suspeito de possuir ligações com a organização terrorista Al Qaeda, que foi detido pela Polícia Federal em maio de 2009 e permaneceu preso por cerca de 21 dias. Em coluna publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas ressaltou que “começar a esta altura a discussão organizada de um assunto capaz, há tanto tempo, de expor o país a agudas reações e acusações externas é, para dizer o mínimo, uma reprovação explícita dos ministérios da Justiça e da Defesa.” (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/06/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/06/09).

8- Ministro da Defesa e Ordem dos Advogados do Brasil divergem em relação à revisão da Lei da Anistia

Conforme os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa Nelson Jobim classificou a ideia de punir militares que tenham cometido atos de tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), como “revanchismo”. Mesmo tendo organizado um grupo de trabalho para localização dos mortos da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), o ministro afirmou no dia 11/06/09 que o trabalho tem por objetivo cumprir uma sentença judicial, afirmando em entrevista: “Uma coisa é o direito à memória, outra é revanchismo e, para o revanchismo, não contem comigo”. A punição de militares que tenham praticados crimes de tortura durante ditadura foi proposta em outubro de 2008 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) através de uma ação enviada ao Supremo Tribunal Federal que solicita a revisão da Lei de Anistia. Organizações defensoras de direitos humanos e alguns setores governamentais defendem a posição assumida pela OAB, enquanto Jobim afirmou que caso o STF julgue favorável a ação estará cometendo um equívoco, pois ao desconsiderar a bilateralidade da lei terá que enfrentar a questão da prescrição do crime. Jobim destacou: “Tratados internacionais aqui não valem mais que a Constituição brasileira, que dá imprescritibilidade para um crime só: o de racismo”. O ministro ainda afirma que o país deve tomar atitudes diferentes das tomadas por outros países da América Latina, tais como Argentina e Uruguai, que estão revendo suas leis de anistia, pois devemos construir um futuro e não refazer o passado. Já para o presidente da OAB, Cezar Britto, declarou que “o que se busca, com o enquadramento de torturadores, é demonstrar que a ação abjeta que exerceram não configura ato político, mas crime comum, hediondo, de lesa-humanidade” e, portanto, não podem ser incluídos como beneficiários da Lei da Anistia, uma vez que cabia aos agentes do Estado zelar pela guarda e integridade física dos prisioneiros sob sua tutela. Ao praticarem atos de tortura, os militares cometeram delito penal grave, cuja Lei não faz menção. De acordo com Britto, a anistia restringe-se aos crimes políticos e conexos, e tortura não é crime político no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo. Ao mesmo tempo, o presidente da OAB reconhece que a Lei cumpriu sua função ao propiciar uma transição pacífica do regime ditatorial para o democrático, não impedindo que o passado seja revisto. A OAB já havia ajuizado duas outras ações envolvendo o regime militar; a primeira foi para romper o sigilo dos arquivos secretos da ditadura, e a segunda para apurar denúncias de que os mesmos estavam sendo queimados e destruídos. Para o presidente da entidade, a resistência a tal revisão faz supor que havia um vínculo formal entre o regime militar, que alega não ter determinado tais práticas, e aqueles que as praticaram. Finalmente, Cezar Britto ressaltou que “as instituições militares pertencem ao país e não a um grupo político. Não podem, portanto, assumir como seus argumentos facciosos. Desde a redemocratização, têm sido exemplares no cumprimento de seus deveres, alheias aos embates e ao varejo do jogo político-partidário. Daí a improcedência de apontá-las, em seu conjunto, como obstáculo ao restabelecimento da verdade histórica. Elas não podem ser confundidas (nem se confundir) com sentimentos e interesses de alguns de seus setores, claramente minoritários e reacionários.” (*Folha de S. Paulo – Brasil – 12/06/09*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/06/09*; *Jornal do Brasil – País – 12/06/09*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).